



## **Descobrimo a África: uma experiência de ensino da história africana no estágio docente supervisionado**

**Fernanda de Amorim Golembiewski<sup>1</sup>**

### **Introdução**

Este relato se propõe a refletir sobre a prática de ensino de História da África no ensino médio, consolidando minha experiência na disciplina de Estágio de Docência em História II, realizado como atividade de ensino do Curso de Licenciatura em História da UFRGS. O estágio docente foi realizado em duas turmas de segundo ano, de uma escola pública estadual, localizada na cidade de Porto Alegre.

Minha proposta de trabalho para o estágio docente contemplou a História da África como temática central do planejamento das aulas. Essa proposta surgiu já em minha primeira experiência de estágio supervisionado, na disciplina de Estágio I – realizada no ensino fundamental –, a partir do direcionamento proposto nas aulas da disciplina, cujo foco principal foi o tema da “educação para a diversidade”. Nessa ocasião, a turma foi desafiada a destinar algum espaço nos planejamentos para esse tema, que deveria estar presente nas observações com a turma onde iríamos estagiar, e, posteriormente, deveria ser objeto de reflexão durante a prática docente – não só em termos de conteúdos que apontassem para a diversidade, mas em um âmbito maior, na busca pela construção de relações dentro da sala de aula que estivessem alinhadas a essa proposta. A partir desse desafio surge a minha vontade de experimentar o ensino de temas da História da África e da cultura afro-brasileira.

Na segunda experiência de estágio docente defrontei-me novamente com a possibilidade de inserir essa temática em meu planejamento. Dessa forma, apresentarei nesse artigo algumas experiências que vivenciei durante minha prática docente, “descobrimo a África” em conjunto com os alunos para os quais busquei apresentá-la, ainda que apenas em alguns fragmentos. Buscarei abordar os desafios e as possibilidades que essa escolha

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Licenciatura em História da UFRGS. E-mail: [fernanda.golembiewski@ufrgs.br](mailto:fernanda.golembiewski@ufrgs.br)



proporcionou tanto para mim – enquanto professora estagiária – quanto para os alunos, a partir da análise e da reflexão que construí a partir dessa vivência em sala de aula.

### **A construção do planejamento e a aproximação com a história africana**

A tarefa de construção do planejamento foi pautada a partir de duas considerações. Primeiramente, a temática a ser escolhida foi pensada em acordo com a professora titular das turmas em que o estágio seria realizado posteriormente, durante o período de observações – que consiste na primeira etapa da prática docente na escola. Busquei incluir em meu planejamento temas que pudessem dar continuidade ao que já estava sendo trabalhado nas aulas de história daquelas turmas, o que correspondia ao período histórico da Idade Média. A professora sugeriu essa continuidade, me concedendo, no entanto, autonomia na seleção dos assuntos e dos enfoques que me interessassem. Em segundo lugar, havia uma vontade de abordar novamente temas relacionados à história africana, motivada pela minha experiência anterior de estágio docente.

Partindo dessas considerações iniciais a minha proposta de planejamento foi composta por duas unidades principais. Na primeira delas, que intitulei - *O que sabemos da África?* - propus uma discussão inicial – para a qual foram destinadas as três primeiras aulas – acerca do ensino de História da África: afinal, de que forma ele está apresentado e contemplado na escola? Essa discussão consistiu em uma problematização a respeito da importância do ensino de História da África na escola e no questionamento sobre o motivo de conhecermos pouco – ou de maneira distorcida e estereotipada – a história desse continente. A visão que construímos socialmente sobre o continente africano normalmente o associa a imagens negativas e o caracteriza como um local em que existe somente pobreza, doenças e conflitos. A partir dessa constatação, considero que a abordagem das questões mencionadas anteriormente no espaço da sala de aula é, além de muito positiva, extremamente importante, sobretudo no ensino médio. Durante as aulas dedicadas à primeira unidade, os alunos construíram um debate de ideias enriquecedor, problematizando a maneira como o continente africano é retratado socialmente, na mídia ou nos livros didáticos, por exemplo.

Relato aqui algumas percepções a respeito da recepção dos alunos às discussões propostas em aula. A partir de um questionário aplicado no primeiro dia de aula, que continha a pergunta “o que você conhece sobre a África e sua história?”, foi perceptível através das respostas dos alunos o desconhecimento que têm a respeito da história africana e a comum



associação que fazem desse continente a características negativas. Uma afirmação recorrente nas respostas é a ideia errônea de que a África se trata de um país – ideia que, em alguns casos, persistiu mesmo após várias discussões sobre o assunto.<sup>2</sup> O intuito da aplicação desse questionário – além de realizar um levantamento de informações que permitisse conhecer os alunos, como a sua idade ou o bairro onde moram – consistiu em avaliar de forma preliminar quais visões eles haviam construído sobre a África e subsidiar as discussões que seguiriam ao longo das aulas do estágio.

Para a aula seguinte, preparei um material intitulado *O que sabemos da África?*, que continha um poema – algumas estrofes compostas por rimas lúdicas, que questionavam o que sabemos sobre a história do continente africano –, e um *box* de informações apresentando trechos do texto da Lei 10.639/03. O poema escolhido, do qual selecionei um trecho – e reproduzo em parte na citação abaixo –, cumpriu o papel de possibilitar aos alunos uma reflexão inicial:

“- O que sabemos da África?”  
boa pergunta foi feita  
porque a nossa visão  
sobre a África é muito estreita  
ou melhor, manipulada  
distorcida e deformada  
mas até agora “aceita”.

A lei enfim determina  
que seja a África estudada.  
É justa, é necessária  
e também muito acertada.  
A visão colonialista,  
tão injusta e elitista  
tem de ser desmascarada. (...)

Pois o que foi sugerido  
sobre a África em nossa mente  
foi a imagem assombrosa  
de um distante continente,  
terra de selvas sombrias,  
macacos, feras bravias,  
uma “pobre” e “longe” gente.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Vale ressaltar que, ainda em menor número, aparecem nas respostas referências à diversidade cultural do continente africano, à África como berço da humanidade e a presença de riquezas minerais – como o ouro – nesse território.

<sup>3</sup> Retirado de: ALENCAR, Nezite. *Afro-Brasil em Cordel*. São Paulo: Paulus, 2007. p. 7-8.



Após essa primeira discussão, cujo embasamento foi o material mencionado acima, os alunos – quando questionados – apontaram que a História da África não costuma ser estudada na escola, conforme regulamenta a lei e citaram a mídia como uma fonte que reproduz imagens negativas a respeito da África – dado que influenciava as suas percepções a respeito desse continente.

O segundo recurso utilizado como subsídio para essa discussão foi o vídeo *O perigo de uma história única* – uma conferência enunciada pela escritora nigeriana Chimamanda Adichie<sup>4</sup> –, que foi útil por apresentar o conceito de *história única* no que diz respeito ao que as pessoas conhecem sobre a África – que, segundo a autora, é uma “história de catástrofe”.

Na segunda unidade do planejamento, nomeada *Reinos Africanos*, busquei estabelecer uma continuidade – em termos de períodos históricos – com as aulas que antecederam às do estágio. Nessa etapa foram estudadas as principais sociedades africanas, normalmente chamadas de reinos, que se desenvolveram no período anterior ao século XV. Para contemplar esse assunto, foram utilizados materiais didáticos de minha autoria – produzidos ao longo do estágio –, além do documentário *Viajando pela África com Ibn Battuta*<sup>5</sup>, que aborda a perspectiva de um viajante que conhece o Império do Mali – uma das sociedades estudadas – e relata as suas experiências de viagem.

A justificativa para a escolha da História da África como temática central do planejamento alicerçou-se a partir de duas motivações. Em primeiro lugar, a principal motivação é a busca pela construção de relações étnico-raciais que valorizem a diversidade dentro da sala de aula. Além disso, essa escolha fundamentou-se a partir da Lei 10.639/03<sup>6</sup>, buscando inseri-la efetivamente no cotidiano escolar.

Busquei construir o planejamento de aulas dessa forma e a partir dessas premissas por entender que a construção de uma imagem positiva do continente africano, que desmistifique a ideia incompleta que temos a seu respeito, e que fuja daquela que relaciona os africanos quase exclusivamente à escravidão, pode ser aliada na construção de novas relações étnico-raciais dentro do ambiente escolar – em que sejam superadas relações baseadas em racismo e preconceito. Considerando o dado de que grande parte da população brasileira é afrodescendente, acredito numa abordagem que permita “positivar” a África atual também na

<sup>4</sup> TEDGlobal. *The danger of single story* (Traduzido como “O perigo de uma história única”). Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/chimamanda\\_adichie\\_the\\_danger\\_of\\_a\\_single\\_story](http://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story)>. Acesso em: 06 out. 2014.

<sup>5</sup> MACEDO, J. R.. *Viajando pela África com Ibn Battuta*. Disponível em: <<http://www.bhzdesign.com.br/clientes/ibnbattuta/index.html>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

<sup>6</sup> A Lei 10.639/03, promulgada em 09 de janeiro de 2003, regulamenta a obrigatoriedade do ensino da História da África, da cultura africana e afro-brasileira nos currículos das instituições escolares brasileiras. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2014.



construção da cidadania. Segundo a autora Junia Sales Pereira (2011), a Lei 10.639/03 está atrelada a uma realidade de ampliação da cidadania e de enfrentamento do racismo. Nesse sentido, a possibilidade de levá-la para a sala de aula – inclusive comentando com os alunos sobre a sua existência – também serviu de embasamento e justificativa para a minha escolha. Nas palavras da autora,

a edição da lei 10.639/03 ocorreu na esteira do complexo processo de democratização do país, marcado por reflexões a respeito de desigualdades históricas que contribuíram para negação de direitos a populações e a pessoas afrodescendentes. Seu conteúdo e transformações que dela decorrem vêm produzindo tensões entre a ampliação dos direitos de cidadania do país e a crescente compreensão da necessidade do enfrentamento do racismo, em suas diversas faces e diferentes esferas da vida social, sobretudo, no que toca a esta análise, no âmbito da escola. (PEREIRA, 2011, p. 148)

Além de levar a Lei 10.639/03 para a sala de aula, busquei torná-la objeto de discussão. Considero de grande importância a sua promulgação, pois coloca em questão a História da África – normalmente esquecida nos currículos escolares – e serve para problematizar uma prática de ensino de História que comumente está baseada em conceitos e narrativas eurocêntricas.

Entendo que propor aos alunos a leitura da Lei 10.639 não trata apenas de analisar *a lei pela lei*, mas de mostrar a eles a existência de uma legislação vigente que assegura espaço nos planejamentos escolares para a História da África, resultante de demandas e lutas sociais, em um contexto histórico de implantação de ações afirmativas na Universidade e de combate ao racismo. Ainda sobre a relação do ensino de História da África e da superação do racismo, menciono a autora Nilma Lino Gomes (2005), que, ao apresentar o conceito de racismo, o define nos seguintes termos:

por um lado, um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como, cor da pele, tipo do cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. (GOMES, 2005, p. 52)

Além da definição apresentada pela autora, também é pertinente a este trabalho a sua discussão a respeito das formas de manifestação e de reprodução do racismo, que podem ser percebidas através de “atos discriminatórios cometidos por indivíduos contra outros indivíduos” (GOMES, 2005, p. 52) ou de práticas institucionais, em que o Estado atua direta ou indiretamente. Neste caso,



o racismo manifesta-se nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas) a qual insiste em retratar os negros, e outros grupos étnico/raciais, que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada. (GOMES, 2005, p. 53)

### **Experiência no ensino de História da África: desafios e possibilidades**

A experiência docente traz consigo inúmeros desafios e possibilidades. Ao escolher a temática da História da África, como a central, em meu planejamento me deparei com novos desafios. Minha intenção consistiu em apresentar aos alunos fragmentos da história do continente africano, propondo a eles que *descobrissem* a África. No entanto, essa descoberta não estava limitada aos alunos. Para mim, enquanto professora estagiária, a História da África também era desconhecida em muitos aspectos, o que remete ao fato de, mesmo na Universidade, a discussão a respeito dessa temática ainda não estar consolidada. Além disso, é necessário ter o cuidado de não abordar a história africana em termos de conscientização ou supervalorização. A autora Junia Sales Pereira (2011) aponta para os desafios que nos remete a colocação da Lei 10.639/03 em prática. Em suas palavras,

a prática dessa legislação remete-nos, na Universidade e nas escolas da Educação Básica, a desafios de natureza variada. Como garantir que o ensino de conteúdos históricos não se realize com base no suposto da mobilização de consciências? (Laville, 1999). Que relações entre prática da lei, políticas afirmativas e inclusão educacional? (Rocha, 2006). Ou, ainda, como superar a sedução do estudo da história da África calcado tanto na inferiorização quanto no hiper-dimensionamento de sua relevância? (Oliva, 2008, p. 33). Como favorecer a superação de limites antigos verificados no ensino de história, (presentes também em alguma medida na prática da Lei 10.639/03), como a essencialização de conceitos, a prática de mitificação de personagens, a idealização da herança e história africana, o atrelamento visceral do ensino de conteúdos históricos (este, o equívoco) à causa de políticas identitárias unívocas, o privilégio de datas e eventos em detrimento da abordagem de processos históricos e suas transformações? (Pereira, 2008). (PEREIRA, 2011, p. 149)

Considero que as ferramentas utilizadas na abordagem dos conteúdos – ou seja, os materiais didáticos – têm o poder de cativar os alunos e chamar a sua atenção para o que está sendo trabalhado em aula. Nesse sentido, entendo que um bom material é um grande instrumento com o qual o professor pode contar e, por isso, procurei trabalhar no estágio docente a questão da *autoria* dos materiais didáticos. Ao longo do estágio, busquei construir materiais diversificados, que me auxiliassem na abordagem da história africana e fossem



interessantes para os alunos. Construir um material didático é um dos desafios da prática docente, sobretudo, porque se torna necessário sair da zona de conforto e do que estamos acostumados na rotina acadêmica, ou seja, textos longos e nem sempre dinâmicos. No meu entendimento, quando construímos textos voltados para jovens do ensino médio, a sua didática é uma característica fundamental – o que inclui a opção por textos mais acessíveis, a utilização de imagens, mapas, *box* de informações e curiosidades apresentados de maneira lúdica. Acredito na estética do material didático, por entender que um material bem organizado e bonito – por que não? – chama a atenção do aluno para o seu conteúdo e pode enriquecer as aulas de História. A autoria apresenta-se, dessa forma, como uma possibilidade a ser explorada.

Relacionando a promulgação da lei, a produção de materiais didáticos que sirvam de subsídio para a sua aplicação nas escolas e a tarefa de construção do meu planejamento, ressalto que tive acesso a bons materiais bibliográficos para consulta sobre o tema. Destaco aqui o livro de autoria de José Rivair Macedo, *História da África*<sup>7</sup>, que tem o intuito de ampliar o leque de materiais disponíveis sobre o tema. Segundo a sinopse do livro, o mesmo fornece “uma visão panorâmica, que respeita as diferenças e peculiaridades sociais, culturais e históricas que surgem da variedade de povos existentes no continente africano”. Na coletânea de artigo reunida em *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes*, destaco o texto *A África antes do século XV: os grandes reinos*<sup>8</sup>, de Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Manoel José Ávila da Silva, que aborda as sociedades africanas que se desenvolveram na África antes do século XV<sup>9</sup>.

Avalio a minha experiência de estágio supervisionado de maneira positiva em vários aspectos. Em primeiro lugar, foi muito rico construir um trabalho conjunto com a professora titular das turmas em que estagiei. Ao apresentar-lhe o meu planejamento com a temática de História da África ela decidiu aderir a essa proposta e trabalhá-la com as demais turmas de segundo ano da escola. Dessa forma, a experiência de estágio contou com uma constante troca de ideias, possibilitada em grande parte pela ótima profissional com quem tive a oportunidade de estagiar e com quem aprendi muito. Influenciar, de alguma maneira, o trabalho com a história africana e atuar na aplicação da Lei 10.639/03 na escola foi muito gratificante. Essa

<sup>7</sup> MACEDO, José Rivair. *História da África*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

<sup>8</sup> RIBEIRO, L. D. T.; SILVA, M. J. A. da; *A África antes do século XV: os grandes reinos*. In: SANTOS, J. A.; CAMISOLÃO, R. C.; LOPES, V. N. (org.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 63-90.

<sup>9</sup> Sem desconsiderar a existência de outros trabalhos publicados, destaco os dois textos já referidos em função de terem sido utilizados em meu estágio docente e abordarem as temáticas desenvolvidas durante essa experiência.



troca me permitiu pensar o ambiente escolar como uma obra coletiva, que se compõe a partir de experiências partilhadas entre professores (PEREIRA, 2011). A experiência de trabalhar com a História da África fora enriquecedora e será inspiradora para a minha futura prática docente.

Por último, destaco um momento marcante em minha experiência que ocorreu em uma das aulas destinadas aos *Reinos Africanos*. No material didático que elaborei constava uma referência ao livro *História da África*, já citado anteriormente. Ao mencionar a obra que foi utilizada para a preparação do material, mostrei a capa do livro aos alunos, explicando brevemente do que se tratava e quem era o seu autor. Minha intenção era salientar aos alunos que o conhecimento histórico não está distante deles, nem está pronto para o professor – ou seja, não é um dado –, que utiliza do exercício da pesquisa histórica e bibliográfica para construí-lo. Nesse momento, um aluno pediu para ver o livro. Após entregar o material em suas mãos percebi que ele estava anotando a referência. Então perguntei ao aluno se gostaria que eu o emprestasse a ele. Na semana seguinte ele me devolveu o livro afirmando que havia lido boa parte da obra e gostado da leitura. Na ficha de avaliação de estágio, o mesmo aluno afirmou que o material utilizado pela professora estagiária chamou muito a sua atenção. Esse fato me fez perceber que a minha proposta havia chegado aos alunos e que minha escolha em trabalhar com a temática da História da África estava acertada. Além disso, pude refletir sobre o quanto a *troca*, na relação entre professor e aluno, pode ser enriquecedora para as duas partes.

### **Considerações finais**

A experiência de levar para a sala de aula temas da história e da cultura africana traz consigo alguns desafios. Conforme mencionado ao longo texto, esses desafios se apresentam tanto ao professor – nesse caso, o estagiário – quanto aos alunos. Isso não quer dizer que outras propostas de conteúdos não tragam os seus desafios, no entanto, trabalhar com a África implica em descobrir um mundo de temas que nem sempre são familiares ao professor, já que mesmo na Universidade essa temática ainda está em processo de inserção no currículo acadêmico.

Para o aluno o desafio está em deparar-se com uma história que ainda é pouco familiar ao meio escolar. Além disso, há de se cumprir a *tarefa da desconstrução*: desconstruir as





imagens socialmente construídas que muitos dos alunos carregam, de que a África é um continente marcado, sobretudo, pela pobreza, pela fome, por doenças e por conflitos políticos.

Além de desafiadora, essa proposta mostrou-se enriquecedora em minha experiência de estágio docente. Percebi que a temática possibilitou a construção de debates interessantes e motivou a participação dos alunos em sala de aula. Na última aula, quando perguntei aos alunos a sua percepção sobre como foi estudar e discutir a história da África, obtive um retorno positivo da parte deles – especialmente, em uma das turmas. Nas palavras dos alunos, a proposta trouxe um conteúdo diferente e novo para as aulas de história e os fez pensar a África de maneira positiva – visão diferente da que tinham antes. Essas respostas me fizeram ter a certeza de que investir nesse caminho – do ensino de História da África – como meio de atuar na construção de relações étnico-raciais em prol da diversidade e da promoção da igualdade racial pode render experiências muito valiosas para a prática docente em História.

## Referências

BRASIL. Lei 10.639/2003, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm)>. Acesso em: 28 jun. 2014.

GOMES, N. L. Alguns termos e conceitos presente no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: SECAD/MEC, 2005.

PEREIRA, Junia Sales. *Diálogos sobre o exercício da docência – recepção das leis 10.639/03 e 11.645/08*. Educ. Real., Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 147-172, 2011. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>.

SANTOS, J. A.; CAMISOLÃO, R. C.; LOPES, V. N. (org.). *Tramando falas e olhares, compartilhando saberes: contribuições para uma educação anti-racista no cotidiano escolar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.